

ATA NÚMERO 110/XII/2ª SL

12.fevereiro.2013 – 10h00

Aos 12 dias do mês de fevereiro de 2013, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala do Senado, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de ata

3. Comunicações do Presidente

4. Apresentação do estudo "Ciência no Ecrã", pelo Instituto Gulbenkian de Ciência e Entidade Reguladora da Comunicação Social - estudo sobre a cobertura de notícias de ciência nos blocos noticiosos dos quatro canais de sinal aberto.

5. Texto Final que "Aprova o regime jurídico aplicável ao mergulho recreativo em todo o território nacional, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno, com a Lei n.º 9/2009, de 4 de março, que transpõe a Diretiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e com o Decreto-Lei n.º 92/2011, de 27 de julho, que cria o Sistema de Regulação de Acesso a Profissões (SRAP)"

- **Apreciação**

6. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - O sistema das escolas europeias em 2011 [COM(2012)797].

- **Apresentação do parecer**
- **Deputada autora: Inês Teotónio Pereira-CDS-PP**

7. Outros assuntos

8. Data da próxima reunião

Dia 19.fevereiro.2013 - 14h30

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, verificando-se a ausência dos deputados do BE e do PEV.

2. Aprovação de ata

A proposta de ata foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, verificando-se a ausência dos deputados do BE e do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Presidente informou que por motivos da sua agenda internacional, o Ministro da Educação e Ciência solicita a alteração da data prevista para a sua 3ª audição na Comissão, de 13 de março para o dia 26 desse mês. O deputado Miguel Tiago (PCP) informou que haveria interesse em que a audição fosse o mais cedo possível, mas que não se opõe à alteração. Nesta sequência, será comunicada a anuência à alteração da data.

3.2. O Presidente informou que na sequência do que tinha sido deliberado na reunião anterior, o PS indicou o deputado Rui Jorge Santos para ser o **Relator para a Avaliação Tecnológica Parlamentar**, tendo havido consenso.

Foi também acordado que o mandato do Relator e o respetivo prazo serão os seguintes:

Mandato

- Responsabilidade de articulação com o exterior, tanto a nível nacional, como internacional, das matérias relativas à Avaliação Tecnológica Parlamentar;
- Assegurar a ligação da Assembleia da República com as redes internacionais de Avaliação Tecnológica Parlamentar e, bem assim, orientar e conduzir qualquer processo de consulta a entidades externas nacionais;
- Apresentação de relatório final até 30 de junho de 2013.

Prazo: Até 30 de junho de 2013.

3.3. O PCP informou que indicará posteriormente se o Projeto de Resolução n.º 597/XII (PCP), *Elaboração de um Relatório anual sobre abandono escolar e empréstimos bancários no Ensino Superior*, deverá ser discutido na Comissão ou no Plenário.

O BE informou que pretende que o seu Projeto de Resolução n.º 602/XII, *Recomenda ao Governo a sustentabilidade do projeto "Orquestras Geração"*, seja discutido na Comissão, tendo-se consensualizado que a discussão será agendada para 19 de fevereiro.

3.4. Tendo sido distribuída a proposta de programa da *Conferência sobre Formação Inicial e Contínua, na Área da Educação Especial, face aos desafios do alargamento da escolaridade obrigatória inclusiva*, que terá lugar em 06.março.2013, a deputada Margarida Almeida (PSD), coordenadora do Grupo de Trabalho da Educação Especial, informou que os oradores estão confirmados, tendo o programa sido aprovado.

- 3.5. Tendo-se consensualizado na reunião do dia 5 averiguar se a deputada Gabriela Canavilhas (PS), Coordenadora do Grupo de Trabalho “Guimarães 2012 - Capital Europeia da Cultura”, via interesse no escrutínio do Relatório da Comissão Europeia sobre a *Avaliação ex post das Capitais Europeias da Cultura 2011* (Tallinn e Turku) COM(2013)13, a mesma respondeu negativamente, pelo que se comunicará à Comissão de Assuntos Europeus que não haverá escrutínio da iniciativa.
- 3.6. Por último, tendo em conta os pedidos de audiência recebidos, o Presidente informou que a Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação, CNIPE (sobre os exames nacionais e ensino especial) e a Federação Nacional de Educação, FNE (sobre decisões políticas em educação e formação) serão recebidas na reunião da Comissão, respetivamente, nos dias 26 de fevereiro e 19 do mesmo mês. Indicou ainda que a Associação Nacional para o Software Livre, ANSOL (sobre a alteração do regime da cópia privada) será recebida por um deputado-piloto do PS e a Associação para a Gestão da Cópia Privada, AGE COP (sobre a alteração do regime da cópia privada), por um do PSD.
- 3.7. Deu ainda conta de que tinham sido distribuídos os relatórios das audiências concedidas às entidades abaixo referidas, não se tendo verificado intervenções em relação aos mesmos:
- **Associação Nacional de Professores Contratados;**
 - **Comissão Representativa da Iniciativa Legislativa de Cidadãos (ILC)**, pela revogação da entrada em vigor do Acordo Ortográfico;
 - **Investigador Samuel Pires;**
 - **Associação de Feirantes e Empresas de Diversão Itinerantes** (foram já pedidos esclarecimentos aos Secretários de Estado dos Assuntos Fiscais e da Cultura);
 - **Sindicato dos Inspetores da Educação e do Ensino;**
 - **Associação Nacional de Professores** – pretende a autorregulação das profissões da Educação, com a criação da Ordem dos Professores.

4. Apresentação do estudo "Ciência no Ecrã", pelo Instituto Gulbenkian de Ciência e Entidade Reguladora da Comunicação Social - estudo sobre a cobertura de notícias de ciência nos blocos noticiosos dos quatro canais de sinal aberto.

A delegação do Instituto Gulbenkian era constituída por Jonathan Howard (Diretor), Ana Godinho, Ana Mena e Vitor Faustino e a da Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERCS) por Carlos Magno (Presidente), Filipa Menezes, Luísa Roseira e Tânia Soares.

O Presidente da ERCS enquadrou a temática, realçando a importância da participação no estudo em causa e da parceria realizada com o Instituto Gulbenkian de Ciência.

De seguida, foi feita a apresentação do estudo, referindo-se a sua natureza exploratória e o facto de estar limitado aos 4 canais de televisão e salientando-se que visa perceber como os *media* contribuem para a promoção do trabalho científico, fazem chegar a promoção e o conhecimento científico ao público e promover e assegurar o pluralismo cultural e a diversidade de expressão. Concluíram que o alinhamento na televisão é residual e indicaram a frequência e o número de programas respetivos nos vários canais televisivos.

Salientaram a diversidade temática das peças televisivas e indicaram, por ordem decrescente, as percentagens atribuídas aos programas das áreas de investigação científica, inovação e desenvolvimentos tecnológicos, atribuição de prémios e políticas para a ciência. Realçaram a prevalência das ciências médicas e de saúde e no polo oposto as ciências agrárias e humanidades. Referiram que o campo do saber científico é apresentado como “consensual”,

verificando-se um número reduzido de peças com vozes “dissonantes”, como aconteceu por exemplo no fecho do laboratório de células estaminais. Evidenciaram ainda a prevalência de protagonistas do género masculino.

Referiram o enfoque no valor português, o facto de o rosto do conhecimento ser dado aos investigadores e não aos responsáveis das instituições, a criação de literacia científica através da mensagem e da procura de proximidade.

Indicaram que o número de investigadores em 2011 (equivalente a tempo integral) é de 47.301, correspondendo a uma permissão de 8,5 e as publicações em coautoria com institutos de outros países, em 2006, são 3761, representando 48%.

Mencionaram que está a ser ultrapassada a ideia de que é difícil falar de ciência, pelo diminuto prazo e pela dificuldade de contextualização e salientaram que a maioria das peças transmitidas tem uma cientificidade média. Indicaram que as 21 peças sobre políticas para a ciência representam 6,6% do total e totalizam uma duração de 0:48:54, realçando o papel dos intervenientes políticos na promoção da atividade científica nacional.

A deputada Elza Pais (PS) realçou a importância de disseminar informação e a pedagogia do conhecimento, pedindo à ERCS que alargue os estudos a outras áreas do conhecimento e que os mesmos sejam publicitados, não ficando nas gavetas das Universidades. Perguntou depois de que modo as conclusões do estudo informarão novas práticas da comunicação social, qual o intercâmbio que se verifica entre investigadores nacionais e estrangeiros e enfatizou o facto de o aumento de ciência ter tido, em contrapartida, uma diminuição da sua divulgação na comunicação social.

Questionou ainda o porquê da diferenciação em favor das ciências médicas e não das sociais, a prevalência de trabalhos de homens, em detrimento das mulheres e se está prevista alguma formação para os jornalistas sobre estas temáticas.

A deputada Nilza de Sena (PSD) referiu a carência de estudos sobre tendências televisivas e, conseqüentemente, a importância deste estudo, que abrange os anos de 2008 a 2011. Mencionou que a ciência muitas vezes está longe da agenda pública, realçando a necessidade de cruzar a agenda política com a mediática e de promover e divulgar o trabalho científico.

Questionou depois qual a continuidade que vai ser dada a este trabalho e qual a possibilidade de o mesmo se alargar para além da televisão, nomeadamente a outros meios de comunicação, com possibilidade de maior desenvolvimento de peças, nomeadamente na comunicação social escrita.

A deputada Inês de Medeiros (PS) questionou se fizeram um estudo com outras realidades e realçou a fragilização do serviço público de radiodifusão, indicando que está limitado em termos de diversidade e tem uma oferta televisiva pobre, sobretudo nos horários mais nobres.

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) salientou que o estudo é uma importante ferramenta a nível de comunicação e realçou que a Assembleia da República não tem intervenção a nível da programação das televisões.

O deputado Miguel Tiago (PCP) referiu a importância do estudo para a área da política da ciência e para se ver a projeção desta, realçando que a programação televisiva não depende da política. Salientou a importância do canal público de televisão para a divulgação da ciência, fez referência aos casos de ciência do regime, à ausência de contraditório e às questões subjetivas, para as quais seria importante fazer um debate.

O deputado Luís Fazenda (BE) realçou a dicotomia entre o serviço público e o privado e questionou se a prevalência das questões de saúde é mais empírica ou se tem base científica.

O Presidente da Comissão realçou a escassa atenção às questões de ciência e referiu que os jornais Diário de Notícias e Público têm uma página sobre ciência e o Euronews tem 8 programas sobre ciência e tecnologia, com cerca de 1,5 ou 2 minutos. Questionou depois se a ERCS encara intervenções nesta matéria, no âmbito do serviço público e noutros canais, nomeadamente na televisão por cabo, para aumentar o interesse pelas temáticas da ciência.

Em resposta, os representantes da ERCS referiram que fazem muitos estudos, vários não conhecidos, mas não dão orientações à televisão. Saliaram que vários produtores de programas não contemplados no estudo se queixaram da sua não contabilização. Referiram que a ciência tem público, mas dá trabalho. Informaram que vão fazer mais estudos nesta área e propuseram que a Assembleia da República indique as matérias a incluir no caderno de encargos para a próxima concessão da RTP. Saliaram ainda que a mensagem televisiva é específica e os cientistas podem perder em relação aos cidadãos normais, havendo necessidade de estimular a comunicação.

De seguida, os representantes do Instituto Gulbenkian referiram que muitos cientistas têm aumentado o poder de comunicação e melhorado a linguagem e justificaram que a prevalência de peças televisivas com homens resulta do facto de a maior parte das equipas ser coordenada por homens. Mencionaram que muitas peças não tinham a ciência como base central, mas esta era chamada para dar explicações sobre a matéria, situação que se verifica igualmente noutros países.

Os representantes da ERCS referiram ainda que o projeto em causa será desenvolvido e salientaram que não é só a ciência, mas também a cultura, que aparecem no fundo das peças informativas, enfatizando que a RTP2 faz a diferença em relação às restantes televisões, no que respeita à programação. Realçaram que houve um incremento da atividade científica e não um aumento igual a nível da divulgação. Reiteraram que a ERCS faz estudos sobre os alinhamentos televisivos, mas não orienta.

Realçaram ainda a importância de os atores políticos também darem ênfase aos temas de ciência, de os colocarem no seu discurso e informaram que os jornalistas também equacionam as suas limitações em relação a esta temática. Pronunciaram-se no sentido de que a educação para os media no âmbito da ciência é uma ferramenta essencial para a cidadania, referindo a hipótese de se fazer um colóquio sobre a educação para os *media*, em conjugação com a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação. Sugeriram ainda a ligação da ciência com programas de desporto. Por último, entregaram um CD para cada Grupo Parlamentar, com o estudo e a apresentação que fizeram.

O Presidente da Comissão aventou ainda a hipótese de uma próxima sessão do Café de Ciência ter como tema a divulgação científica, a ciência e a comunicação social, matéria a desenvolver com a Agência Ciência Viva, com que se organiza o Café.

A reunião foi gravada em registo áudio e vídeo, encontrando-se a gravação, o estudo “Ciência no ecrã” e a sua apresentação, disponíveis na [página da Comissão, na Internet](#).

Após a reunião, o deputado Miguel Tiago (PCP) contestou o facto de não ter havido interpretação simultânea da intervenção em inglês do diretor do Instituto Gulbenkian, tendo o Presidente da Comissão informado que não tinha conhecimento de que haveria intervenções em inglês e referido que de futuro, em situações idênticas, será assegurada interpretação.

5. Texto Final que “Aprova o regime jurídico aplicável ao mergulho recreativo em todo o território nacional, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno, com a Lei n.º 9/2009, de 4 de março, que transpõe a Diretiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro, relativa ao

reconhecimento das qualificações profissionais, e com o Decreto-Lei n.º 92/2011, de 27 de julho, que cria o Sistema de Regulação de Acesso a Profissões (SRAP)”

Foi aprovada a redação final do diploma, com os votos a favor dos deputados presentes do PSD, PS e CDS-PP, verificando-se a ausência dos deputados do PCP, do BE e do PEV.

6. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - O sistema das escolas europeias em 2011 [COM(2012)797].

Dado que o parecer desta iniciativa europeia tinha sido distribuído previamente e a deputada Inês Teotónio Teotónio Pereira (CDS-PP), autora do mesmo, não podia estar presente, o Presidente da Comissão propôs que fosse dispensada a sua apresentação. Posto a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS e CDS-PP, verificando-se a ausência dos deputados do PCP, do BE e do PEV.

7. Outros assuntos

O Presidente lembrou que a reunião do dia 19 começará às 14h30, com o Presidente do Senado australiano.

8. Data da próxima reunião

Dia 19.fevereiro.2013 - 14h30

A reunião foi encerrada às 17:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 de fevereiro 2013

O PRESIDENTE

(Ribeiro e Castro)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Ana Sofia Bettencourt
Carlos Enes
Emídio Guerreiro
Inês de Medeiros
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Luís Fazenda
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Pimpão
Rui Jorge Santos
Rui Pedro Duarte
Ana Oliveira
Elza Pais
Hugo Lopes Soares
Inês Teotónio Pereira
João Prata

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Marques
Heloísa Apolónia
Pedro Delgado Alves